Conceito de relação jurídica - parte de uma ideia de que o JAV, AO e MC consideram atualmente errada.

Temos várias situações jurídicas que são protegidas pelo Direito. Na ordem jurídica em geral, nem todos os esquemas pressupõem uma relação jurídica entre pessoas. A relação jurídica é apenas uma das várias situações jurídicas possíveis. A crítica ao conceito de relação jurídica é que este não abrange todo o fenómeno jurídico, pois ele não é sempre relacional, não existe sempre uma relação jurídica entre pessoas, pelo que temos de ter por base uma situação jurídica.

Situação jurídica: Situações da vida humana com relevância jurídica, ou seja, situações das pessoas tuteladas pelo Direito. Modalidades:

- **Simples:** Compõe-se de um único elemento e nada pode ser retirado do seu conteúdo, sob pena de se tornar ininteligível. *P.e.: Poder de exigir a outrem um comportamento, pagar um imóvel* e **complexa:** Podem ser retirados vários elementos do seu conteúdo, que depois se arvoram em situações jurídicas autónomas. *P.e.: Direito de propriedade de alguém sobre um imóvel.*
- **Unissubjetiva:** Postula apenas um sujeito (dto. de propriedade) e **Plurissubjetiva:** Assente em mais de um (casamento)
- **Absolutas:** Existe por si mesma, sem dependência de uma outra situação de sinal contrário e **Relativas:** Não existe sem haver outra situação jurídica, que se lhe contrapõe. Dá lugar a uma relação jurídica, pois relaciona duas pessoas.
- **Patrimonial:** Tem conteúdo económico, podendo ser avaliada em dinheiro. **Não patrimonial:** Não tem conteúdo económico nem equivalência monetária. *P.e.: Relação conjugal*
- **Ativas:** Coloca determinados efeitos sob a vontade do próprio sujeito a quem ela assista. Deriva de permissões normativas ou de normas que confirmam poderes. É uma situação de vantagem para o titular e **Passivas:** Coloca tais efeitos na dependência de uma pessoa que não o sujeito. Deriva de normas proibitivas ou impositivas. É uma situação de desvantagem para o titular. *P.e.: Obrigação de pagar o preço num contrato de compra e venda.*
- **Analítica:** Obtém-se de forma lógica, através da redução de realidades jurídicas aos seus fatores. **Compreensivas:** Tem origem histórico-cultural e engloba vários elementos, que se coligam por vezes sem qualquer lógica.
- **Onerosa:** Importa contrapartidas para ambas as partes. *P.e.: Compra e venda.* **Gratuita:** Apenas uma das partes suporta o encargo da situação jurídica. *P.e.: Doação.* Estas situações não são referidas por MC, mas JAV faz alusão às mesmas.

Situações jurídicas ativas

- **Direito** subjetivo - Permissão normativa específica de aproveitamento de um bem do qual somos titulares.
 - Comuns - permissão específica de aproveitamento de um bem.
 - Potestativos - Implica poder alterar, unilateralmente, através de uma manifestação de vontade, a ordem jurídica..
- **Poderes** - É a disponibilidade de meios para a obtenção de um fim. Correspondem a realidades analíticas – obtém-se por via lógica e surge como fator componente elementar das realidades jurídicas. Configura-se também como uma situação simples: nada mais se pode, dele, retirar.
- **Faculdades** - Conjunto de poderes ou de outras posições ativas, unificado numa designação comum. Correspondem a realidades compreensivas.
- **Expectativa jurídica** - Retrata a posição do sujeito inserido na sequência que irá conduzir a um verdadeiro direito, mas antes de este surgir. *P.e. Herança.*
- **Expectativa de mero facto:** Traduz uma hipótese de evolução futura à qual uma pessoa empresta maior ou menos verosimilhança, mas que o Direito não reconheça. *P.e.: as expectativas de um bom resultado desportivo.*
- **Exceção Material:** É a situação jurídica pela qual a pessoa adstrita a um dever pode, licitamente, recusar a efetivação da pretensão correspondente. Visa um ganho na apreciação do fundo em causa. Opera pela vontade do seu beneficiário, tem essa autonomia.
- **Exceção Processual:** A exceção é um meio de defesa do réu que ocorre sempre que este alegue factos que obstem à apreciação do mérito da ação ou que, servindo de causa impeditiva, modificativa ou extintiva do direito invocado pelo autor, determinem a improcedência total ou parcial do pedido.

Situações jurídicas passivas

- **Obrigação** - vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação”.
- **Dever** - Traduz a incidência de normas de conduta proibitivas ou impositivas. Pode resultar de uma fonte normativa (fontelega ou qualquer outra fonte de direito) ou de um negócio jurídico (contrato).
- **Estado de sujeição (sujeições)** - São as situações jurídicas passivas correspondentes ao direito potestativo. Está numa sujeição a pessoa que possa ver a sua posição alterada por outrem, unilateralmente.
- **Ónus** - o ónus corresponderia à situação na qual alguém deve adotar certa atitude, caso pretenda obter certo efeito. Não é um dever, porque o resultado por ele propiciado é facultativo. Não se impõe a conduta, mas associa-se uma desvantagem à não realização da conduta. **JAV: Considera que esta é uma situação jurídica ativa**, enquanto MC considera que é passiva.
- **Deveres genéricos:** São situações jurídicas passivas que se traduzem em posições absolutas, isto é, sem relação

jurídica. O facto de não ter como corresponsável um direito subjetivo explica a sua generalidade

- **Deveres funcionais:** Traduzem situações passivas nas quais uma pessoa se encontra, por força da sua presença, em determinada posição. Não têm necessariamente uma específica fonte, antes surgindo com a simples ocorrência do condicionalismo funcional donde promanam.

A **legitimidade** é a qualidade do sujeito que o habilita a agir no âmbito de uma situação jurídica considerada. Facto legitimador por excelência. Em regra, **o titular de uma posição tem legitimidade para desencadear os diversos exercícios que ela faculta.**

BRUNO